

Rhodes rejeita juro menor

NOVA YORK — O Vice-Presidente do Citibank, William Rhodes, rejeitou a limitação dos juros sobre os empréstimos concedidos aos países endividados, assim como a prorrogação dos prazos de pagamento e a incorporação dos juros ao valor do principal. Rhodes, que coordena a renegociação das dívidas do Brasil, México, Peru e Chile, falou ontem na conferência de cúpula de 20 bancos centrais, que estudam uma forma de amenizar as condições dos créditos do Terceiro Mundo.

O Diretor da Reserva Federal (Banco Central dos Estados Unidos), Paul Volcker, e os dirigentes dos bancos oficiais europeus estão pressionando os bancos comerciais a estabelecerem um teto para os juros, caso contrário, advertem, os devedores poderão ficar inadimplentes.

O encontro de ontem foi a portas fechadas, mas fontes que dele participaram afirmaram que Rhodes divergiu amplamente das propostas apresentadas. Segundo as fontes, o Vice-Presidente do Citibank afirmou que a incorporação dos juros ao principal da dívida prejudicaria "igualmente credores e devedores", pois desencorajaria os bancos a concederem novos empréstimos:

— Uma vez que os bancos parem de emprestar, as fontes oficiais secariam também. E mais grave, a capitalização dos juros prolongaria o dia do ajuste de contas para os países devedores e removeria o incentivo a se ajustarem.

Rhodes lembrou o caso da Nicarágua, que renegociou sua dívida, com a incorporação dos juros ao principal, numa deferência dos credores ao país, que teve sua economia destruída pela guerra civil. Em consequência disto, acrescentou, a Nicarágua não reajustou sua economia, ao contrário do Brasil e do México.

Rhodes falou ainda sobre o empréstimo-jumbo de US\$ 6,5 bilhões ao Brasil, ressaltando que apenas 11 dos 144 bancos americanos se esquivaram a participar. "E vários tinham problemas de liquidez", disse ele. Em sua opinião, isto só aconteceu porque o Governo brasileiro vem seguindo o programa de reajuste econômico.

● O Governo argentino aguarda a chegada de uma missão do FMI para a rodada final de acertos técnicos sobre a renegociação da dívida externa do país, estimada em US\$ 43,6 bilhões. As conversações devem delinear uma política econômica capaz de derrotar a inflação, 479 por cento ao ano, e garantir um superávit comercial que permita ao país fazer frente a seus compromissos.

para países devedores